

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº004/2022

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 004/2022	
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA GRANDE DO MARANHÃO	
PROCESSO Nº 190122.001/2022	
ÓRGÃO	COORDENAÇÃO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
BASE LEGAL	Este procedimento obedecerá, integralmente, à Lei nº 8.666, de 21.06.1993 e suas alterações.
OBJETO	Chamamento mediante credenciamento de pessoa física e/ou jurídica para prestação de serviços de borracharia em veículos da frota municipal e/ou locados.
DATA DE INICIO DA ADESÃO	18/03/2022 ÀS 10:00 HORAS
LOCAL	PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA GRANDE DO MARANHÃO (MA) Endereço: Av. 1º de Maio, 126, Centro – CEP 65718-000 – Lagoa Grande do Maranhão/MA. SE NO DIA SUPRACITADO NÃO HOUVER EXPEDIENTE, O RECEBIMENTO E O INÍCIO DA ABERTURA DOS ENVELOPES REFERENTES A ESTE CHAMAMENTO PÚBLICO SERÃO REALIZADOS NO PRIMEIRO DIA ÚTIL DE FUNCIONAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA GRANDE DO MARANHÃO/MA, QUE SE SEGUIR.
ANEXOS: ANEXO I Termo de Referência ANEXO II Modelo de Formulário de Inscrição; ANEXO III Modelo de Declaração que não emprega menor ANEXO IV Modelo de Declaração de cumprimento das condições de habilitação. ANEXO V Modelo de Termo de comprometimento; ANEXO VI Modelo de Declaração de disponibilização das condições técnicas à prestação dos serviços. ANEXO VII Minuta do Termo de Contrato	

EDITAL DE CHAMAMENTO Nº 004/2022

O Município de **Lagoa Grande do Maranhão**, através da **COORDENAÇÃO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**, pessoa jurídica de direito público, com sede à Av. **1º de Maio**, s/n, inscrita no CNPJ **01.612.337/0001-12**, representado neste ato por seu Coordenador Sr. Antônio Kleber Cardoso da Silva, nomeado pela portaria nº 0142021-PMLG-GP, publicada em 04/01/2021 no Diário Oficial do Município, no uso de suas prerrogativas legais, **torna público para conhecimento dos interessados em geral por meio do EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA** com a finalidade de proceder ao **CRENCIAMENTO DE PESSOA FÍSICA E/OU JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE BORRACHARIA EM VEÍCULOS DA FROTA MUNICIPAL E/OU LOCADOS**, nos termos e condições estabelecidas no edital, cujo procedimento será conduzido pela Comissão Permanente de Licitação, observadas as disposições contidas no Art. 25 da Lei nº 8.666/93, observando-se em todos os casos o cumprimento dos requisitos prévios estabelecidos nesse chamamento, conforme regras predefinidas abaixo.

DO OBJETO

- 1.1. O presente edital tem por objetivo o credenciamento de pessoa física e/ou jurídica para prestação de serviços de borracharia em veículos da frota municipal e/ou locados.
- 1.2. Do presente credenciamento decorrem contratos administrativos de prestação de serviços, celebrados diretamente com pessoas físicas e/ou jurídica, por inexigibilidade de licitação, nos quais se observam a temporariedade do vínculo obrigacional, segundo a duração prevista no contrato, e a autonomia do prestador dos serviços em face do contratante. Desse modo, a contratação decorrente de credenciamento configura contrato administrativo ordinário e recebe a disciplina da Lei n.º 8.666/93, não configurando qualquer relação trabalhista ou estatutária.

DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA DAS PROPOSTAS:

2.1. As propostas de credenciamento e a documentação exigida neste edital deverão ser apresentadas dentro de 01 (um) envelope lacrado, devendo ser entregues no Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Lagoa Grande do Maranhão/MA, no seguinte endereço: Avenida 1º de Maio, s/n, centro, CEP 65718-000 – Lagoa Grande do Maranhão/MA e endereçadas à Comissão Permanente de Licitação;

2.2. O envelope para a apresentação dos documentos deverá ser opaco, estar devidamente fechado e lacrado, e na sua parte externa deverá constar o seguinte:

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA GRANDE DO MARANHÃO/MA

Credenciamento nº. 004/2022

Credenciado(a): _____

End.: _____ CEP.: _____

Telefone p/ contato: _____

E-mail: _____

A/C: Comissão de Licitação

2.3. A documentação solicitada neste Edital deverá ser apresentada em língua nacional, digitada, sem emendas, rasuras, entrelinhas, ambiguidade.

2.4. Os interessados poderão solicitar credenciamento a qualquer tempo, no horário de expediente (8hs00min e 12hs00min) desde que:

2.4.1. Cumpridos todos os requisitos deste edital;

2.4.2. O presente edital esteja vigente;

2.5. Serão declarados credenciados todos os interessados que atendam a todas as exigências deste Edital;

2.6. Os pedidos de credenciamento serão analisados pela Comissão Permanente de Licitação do Município de Lagoa Grande do Maranhão/MA.

DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO:

3.1. Poderão participar do presente credenciamento pessoas física e jurídica que satisfaçam as condições estabelecidas neste edital;

3.2. A participação no credenciamento implica na aceitação integral e irrevogável dos termos e conteúdo deste Edital, seus anexos, regulamentos e instruções;

3.3. É vedado o credenciamento de servidores, empregados ou comissionado do Município, em atendimento ao art. 9º da Lei Federal 8.666/93;

3.4. Estão impedidas de participar do processo:

3.4.1. As pessoas físicas ou jurídicas suspensas do direito de licitar e contratar com a Administração Pública ou declarada inidôneas por qualquer órgão da administração pública direta ou indireta, Federal, estadual ou Municipal;

3.4.2. Empresas em consórcio, empresas que tiverem com falência decretada ou em concordata;

3.4.3 Empresas que tenham em sua composição societária, sócios majoritários de outra pessoa jurídica que participe deste processo;

3.4.4. Serão consideradas inabilitadas do presente processo, as pessoas físicas ou jurídicas que deixarem de atender as exigências estabelecidas no presente edital.

DA DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO:

4.1 DOCUMENTOS DA PESSOA FÍSICA:

4.1.1. Carteira de Identidade (RG);

4.1.2. Cadastro de Pessoa Física (CPF);

4.1.3. Comprovante de Residência atualizado;

4.1.4. Prova de Regularidade com a Fazenda Federal, mediante a apresentação da Certidão de Tributos e Contribuições Federais e Dívida Ativa da União, em vigor;

4.1.5. Prova de Regularidade com a Fazenda Estadual, em vigor;

4.1.6. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal, relativa à sede ou domicílio do proponente, dentro de seu período de validade;

4.1.7. Prova de regularidade com a Justiça do Trabalho (CNDT – Certidão Negativa de Débitos Trabalhista) dentro de seu período de validade;

4.1.8. Declaração. Conforme modelo anexo II;

4.1.9. Proposta para Credenciamento. Conforme modelo anexo III;

4.1.10. Credenciamento. Conforme modelo anexo IV;

4.1.11. Declaração de que não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos do inc. IV do art. 87 da Lei Federal 8.666/93; conforme modelo anexo VI;

4.2 DOCUMENTOS DA PESSOA JURÍDICA:

4.2.1. Registro Comercial, arquivado na Junta Comercial respectiva, no caso de Empresa Individual;

4.2.2. Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de Sociedade Comercial; e, no caso de Sociedade por Ações, acompanhado dos documentos referentes às eleições de seus administradores;

4.2.3. Inscrição do Ato Constitutivo, no caso de Sociedades Civas, acompanhada de prova da Diretoria em Exercício, devidamente registrado em cartório;

4.2.4. Decreto de autorização, em se tratando de Empresa ou Sociedade Estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

4.2.5. Prova de inscrição no Cadastro Geral de Contribuintes - CNPJ;

4.2.6. Prova de Regularidade com a Fazenda Federal, mediante a apresentação da Certidão de Tributos e Contribuições Federais e Dívida Ativa da União, em vigor;

4.2.7. Prova de Regularidade com a Fazenda Estadual, em vigor;

4.2.8 Prova de regularidade com a Fazenda Municipal, relativa à sede ou domicílio do proponente, dentro de seu período de validade;

4.2.9 Prova de regularidade com o FGTS (CRF – Certificado de Regularidade de Situação, expedido pela Caixa Econômica Federal) dentro de seu período de validade;

4.2.10. Prova de regularidade com a Justiça do Trabalho (CNDT – Certidão Negativa de Débitos Trabalhista) dentro de seu período de validade;

4.2.11. Declaração. Conforme modelo anexo II;

4.2.12. Proposta para Credenciamento. Conforme modelo anexo III;

4.2.13. Credenciamento. Conforme modelo anexo IV;

4.2.14. Declaração que cumpri o disposto no inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal, será comprovado mediante documento firmado pelo interessado ou seu representante legal, em que declare, sob as penas da lei, que não emprega mão-de-obra que constitua violação ao disposto naquele preceito constitucional. Conforme modelo anexo V;

4.3. Os documentos exigidos para habilitação poderão ser apresentados em cópias reprográficas autenticadas por Tabelião de Notas ou por publicações em órgão da imprensa oficial. As cópias reprográficas dos documentos também podem ser autenticadas por quaisquer integrantes da Comissão de Licitação, a partir do original.

4.4. A documentação estrangeira deverá ser apresentada em original ou qualquer processo de cópia autenticada pelo respectivo Consulado, traduzida por tradutor público juramentado.

4.5. Os documentos emitidos via internet, por órgãos ou entidades públicas, e suas cópias reprográficas dispensam a necessidade de autenticações. A comissão de licitação poderá averiguar a autenticidade dos documentos emitidos via internet mediante pesquisa nos sites respectivos.

DO CREDENCIAMENTO:

5.1. A Partir de **18/03/2022**, no horário das 8hs00min às 12hs00min, mediante protocolo, a Comissão de Licitação receberá os envelopes contendo a documentação apresentada pelos interessados;

5.2. Após a abertura do envelope, a Comissão analisará e avaliará a documentação, no prazo máximo de **30 (trinta) dias corridos**, contados a partir da entrega. Será acrescido ao prazo de análise, o número de **2 (dois) dias úteis** oferecido ao interessado para esclarecimentos, retificações, complementações da documentação;

5.3. A inscrição no credenciamento **não garante a contratação** do interessado pelo Município de LAGOA GRANDE DO MARANHÃO, podendo, no entanto, vir a ser contratado de acordo com a necessidade da Administração Municipal;

5.4. As pessoas físicas/jurídicas que tiverem suas inscrições deferidas farão parte do cadastro do Município e poderão ser contratados pela Administração Municipal;

5.5. Concluída a pré-qualificação/inscrição no credenciamento e ao surgir à necessidade de contratação, os credenciados serão convidados a participar da sessão pública do sorteio das demandas, salvo se ocorrer à convocação geral de todos os credenciados para a realização do serviço.

5.6. O credenciado, poderá solicitar seu descredenciamento a qualquer tempo, mediante o envio de solicitação escrita a entidade contratante, cujo deferimento deverá ocorrer no prazo máximo de **5 (cinco) dias**. O pedido de descredenciamento não desincumbe o credenciado do cumprimento de eventuais contratos assumidos e das responsabilidades a eles atreladas, cabendo em casos de irregularidade na execução de serviço a aplicação das sanções definidas neste edital;

5.7. É facultado a toda pessoa jurídica/física que preencher os requisitos mínimos fixados pela administração, requerer seu credenciamento.

DOS RECURSOS:

6.1. Caberá recurso, com efeito suspensivo, nos casos de habilitação ou inabilitação na pré-qualificação, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da publicação do resultado no Diário Oficial do Município;

6.2. Os recursos serão recebidos no mesmo local da entrega da documentação do credenciamento.

DA HOMOLOGAÇÃO DO CREDENCIAMENTO:

7.1. Todos aqueles que preencherem os requisitos constantes neste Edital terão seus requerimentos de credenciamento aprovados pela Comissão de Licitação, sendo submetidas à homologação pela Autoridade Superior.

DA SELEÇÃO:

8.1. Concluída a pré-qualificação/inscrição no credenciamento e ao surgir à necessidade de contratação, os credenciados serão convidados a participar da sessão pública do sorteio das demandas, salvo se ocorrer à convocação geral de todos os credenciados para a realização do serviço.

8.2. Após a convocação e entrega da documentação solicitada atualizada, a Administração Pública formalizará o credenciamento/contratação das pessoas físicas/jurídicas.

8.3. Os credenciamentos poderão ser rescindidos a qualquer tempo pela administração, notificando à outra parte em 15 (quinze) dias.

CONDIÇÕES PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS:

9.1. O Município reserva-se o direito de fiscalizar, de forma permanente, a prestação dos serviços pelos credenciados/contratados, podendo proceder ao descredenciamento, em casos de má prestação, verificada em processo administrativo específico, com garantia do contraditório e da ampla defesa;

DAS OBRIGAÇÕES:

10.1. Ao CREDENCIADO/CONTRATADO caberá:

10.1.1. Prestar os serviços de acordo com as especificações e condições sempre que requisitada, mediante autorização da _____. Municipal de _____;

10.1.2. Executar os serviços do objeto do contrato de acordo com a norma exigida;

10.1.3. Realizar os serviços para os quais for contratada sem cobrança de qualquer valor extra;

10.1.4. Arcar com toda a responsabilidade e eventuais danos causados a terceiro em decorrência da prestação dos serviços objeto do contrato;

10.1.5. Comunicar, imediatamente, a _____ Municipal de _____ acerca da ocorrência de qualquer irregularidade de que tenha conhecimento;

10.1.6. Assumir o pagamento de todos os tributos, taxas, contribuições previdenciárias e trabalhistas, bem como todas as despesas necessárias ao cumprimento deste Contrato.

10.1.7. Fornecer ao MUNICÍPIO número de telefone móvel, com acesso a aplicativo de mensagem WhatsApp, para facilitar a comunicação, permitir o recebimento e envio de mensagens, imagens de serviços, informações sobre sorteios, etc.;

10.1.8. Toda peça substituída pela credenciada, nos veículos do município, deverá ser acondicionada na embalagem da peça nova substituta e entregue ao município;

10.2. O CREDENCIANTE fica obrigado a:

10.2.1. Emitir a Nota de Empenho observando-se a Tabela de Preços definida no Anexo I deste Edital;

10.2.2. Colocar à disposição do CREDENCIADO/CONTRATAÇÃO todas as informações necessárias à execução dos serviços;

10.2.3. Promover o acompanhamento e a fiscalização da prestação dos serviços, com vistas ao seu perfeito cumprimento, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando ao CREDENCIADO/CONTRATADO as ocorrências de quaisquer fatos que exijam medidas corretivas;

10.2.4. Atestar a execução do objeto deste edital por meio de servidor (es) especificamente designado(s) pela Coordenação Municipal de Administração e Finanças;

10.2.5. Efetuar o pagamento dos serviços realizados pelo CREDENCIADO/CONTRATADO de acordo com às condições estabelecidas neste Edital.

DO PREÇO/PAGAMENTO:

11.1. O pagamento somente será efetuado até o 5º dia útil após o último dia do mês dos serviços prestados, mediante apresentação de documento fiscal ou recibo, desde que atestados pela Coordenação Municipal de Administração e Finanças, desde que não haja fato impeditivo para o qual tenha concorrido o CREDENCIADO/CONTRATADO;

11.2. Os valores pagos obedecerão à Tabela de Referência e Preços constantes do Anexo I deste Edital.

11.3. A efetivação do pagamento fica condicionada a comprovação da regularidade dos documentos elencados abaixo:

- Prova de Regularidade com a Fazenda Federal, mediante a apresentação da Certidão de Tributos e Contribuições Federais e Dívida Ativa da União, em vigor. (Pessoa Física/Jurídica).
- Prova de Regularidade com a Fazenda Estadual, em vigor. (Pessoa Física/Jurídica).
- Prova de regularidade com a Fazenda Municipal, relativa à sede ou domicílio do proponente, dentro de seu período de validade. (Pessoa Física/Jurídica).
- Prova de regularidade com o FGTS (CRF – Certificado de Regularidade de Situação, expedido pela Caixa Econômica Federal) dentro de seu período de validade; (Pessoa Jurídica).
- Prova de regularidade com a Justiça do Trabalho (CNDT – Certidão Negativa de Débitos Trabalhista) dentro de seu período de validade. (Pessoa Física/Jurídica).

PRAZO:

12.1. O prazo de vigência do credenciamento será da data de assinatura do contrato até 31 de dezembro de 2022, podendo tal prazo ser prorrogado ou rescindido, na conformidade do estabelecido na Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

DAS SANÇÕES:

13.1. As pessoas jurídicas/físicas que, sem justa causa, após credenciados/contratados, não cumprirem com as obrigações correspondentes a prestação dos serviços, ficarão sujeitos às penalidades previstas nos artigos 86 e 87 e seus parágrafos, da Lei n.º 8.666/93:

13.1.1. Advertência;

13.1.2. Multa de 2% (dois por cento) do valor da obrigação, nos casos de se negarem a cumprir com as obrigações assumidas expressa ou tacitamente, valor este atualizado até a data da sua liquidação através do mesmo índice de correção monetária utilizado para os serviços públicos municipais;

13.1.3. Cancelamento do credenciamento junto ao Cadastro da Administração Municipal, ficando impedido durante 05 (cinco) anos de participar de novos chamamentos ou a sua contratação pelo poder público Municipal.

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

14.1. As despesas decorrentes da prestação de serviço de borracharia da frota municipal correrão a conta da dotação do orçamento vigente de 2022.

ÓRGÃO:	03 – Coord. Municipal de Administração e Finanças
UNIDADE ORÇAMENTARIA:	0301 – Coord. Municipal de Administração e Finanças
FUNÇÃO:	04 – Administração
SUB FUNÇÃO:	121 – Planejamento e Orçamento
PROGRAMA:	0002 – Apoio administrativo.
PROJETO ATIVIDADE:	2.004 – Manutenção e Funcionamento da Coordenação Municipal de Administração e Finanças.
CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA:	3.3.90.36.00 – Outros serv. de terceiros pessoa física.
FONTE DE RECURSO:	1500000000 – Recursos não vinculados de Impostos
SALDO DISPONIVEL:	R\$: 90.000,00
CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA:	3.3.90.39.00 – Outros serv. de terceiros pessoa Jurídica.
FONTE DE RECURSO:	1500000000 – Recursos não vinculados de Impostos
SALDO DISPONIVEL:	R\$: 215.000,00

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

15.1. Durante o prazo de vigência do Edital de Credenciamento, incluídas suas republicações, o município, a seu critério, poderá convocar por ofício os credenciados para nova análise de documentação. Nessa ocasião serão exigidos os documentos que comprovem a manutenção das condições apresentadas quando da pré-qualificação do interessado;

15.2. A partir da data em que for convocado para apresentar a documentação atualizada, o credenciado terá 05 (cinco) dias úteis para entregá-la pessoalmente ou, por via postal. A análise da documentação deverá ser realizada em prazo idêntico ao da pré-qualificação;

15.3. O MUNICÍPIO reserva-se o direito de promover qualquer diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo de credenciamento;

15.4. O MUNICÍPIO reserva-se o direito de revogar ou anular o presente processo, no todo ou em parte, por interesse administrativo, vício, ilegalidade, de ofício ou mediante provocação, bem como adiá-lo ou prorrogar o prazo para o recebimento e abertura das propostas, descabendo em tais circunstâncias, quaisquer reclamações ou direito à indenização;

15.5. As dúvidas de ordem técnica, bem como aquelas decorrentes de interpretação do edital, deverão ser dirigidas por escrito à Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Lagoa Grande do Maranhão/MA e protocoladas no Setor destinado a este fim, localizado

na Avenida 1º de Maio, s/n, Centro, no município de Lagoa Grande do Maranhão – Destinado ao Departamento de Licitações e Contratos ou pelo e-mail: cpl@lagoagrande.ma.gov.br.

15.6. Os casos omissos deste Edital e as decisões que se fizerem necessárias serão resolvidos pela comissão de análise dos documentos ou se necessário, pela Assessoria Jurídica do Município.

15.7. Impugnações ao presente ato convocatório deverão ser dirigidas à Comissão Permanente de Licitação deste Município e protocoladas no Setor destinado a este fim, localizado na Avenida 1º de Maio, s/n, Centro, no município de Lagoa Grande do Maranhão – Destinado ao Departamento de Licitações e Contratos ou pelo e-mail: cpl@lagoagrande.ma.gov.br.

15.8. Os recursos referentes às decisões relativas ao processo de credenciamento poderão ser interpostos no prazo de 03 (três) dias úteis contados do dia subsequente à intimação dos atos. A petição será dirigida à Comissão de Licitação deste Município.

15.9. O Município, através da Comissão de Licitações, na forma do disposto no § 3º do art. 43, da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações, reserva-se no direito de promover qualquer diligência destinada a instrução do processo relativo a este Credenciamento.

15.10. O Foro competente para fins de discussão do Edital e Termo de Credenciamento decorrente é o da Comarca de Lago da Pedra, Estado do Maranhão.

15.11. Este Edital entra em vigor na data de sua divulgação, através do Diário Oficial do Município, Diário Oficial do Estado do Maranhão; Jornal O IMPARCIAL e, no mural do Centro Administrativo Municipal e no portal de transparência www.lagoagrandedomaranhao.ma.gov.br.

15.12. Integram o presente edital os seguintes anexos:

Anexo I – Tabela de referência e descrição dos serviços;

Anexo II – Declaração;

Anexo III – Modelo de Proposta para Credenciamento para Pessoa Física/Jurídica;

Anexo IV – Modelo de Credenciamento;

Anexo V – Declaração de Idoneidade (Pessoa Jurídica)

Anexo VI – Declaração de Idoneidade (Pessoa Física)

Anexo VII – Minuta do Termo de Credenciamento;

Anexo VIII – Declaração de cumprimento ao disposto no Inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal

Lagoa Grande do Maranhão (MA), 10 de março de 2022.



Antônio Kleber Cardoso da Silva
Coordenador Municipal de Administração e Finanças
Portaria nº014/2021-PMLG-GP

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA SIMPLIFICADO

DO OBJETO

Este procedimento tem por objeto o chamamento mediante credenciamento de pessoa física e/ou jurídica para prestação de serviços de borracharia em veículos da frota municipal e/ou locados.

DA JUSTIFICATIVA

A contratação dos serviços de borracharia tem por finalidade atender às necessidades da Administração Municipal, contribuindo para que os veículos e Máquinas utilizados pelas Secretarias Municipais estejam em perfeitas condições de uso e bom estado de conservação

CONSIDERANDO que os valores a serem pagos pela prestação de serviços contratados estão previamente definidos e compatíveis com os praticados no mercado;

CONSIDERANDO que os interessados em se credenciar poderão aderir livremente a qualquer tempo, desde que satisfaçam os requisitos exigidos objetivamente neste Edital e, expressamente acatem as condições ali estipuladas;

CONSIDERANDO que o presente Credenciamento se amolda à modalidade de inexigibilidade de licitação dada pela inviabilidade de competição, pois todos as borracharias poderão, desde que satisfeitos os requisitos previstos neste edital, aderir livremente ao credenciamento;

CONSIDERANDO que os benefícios trazidos pela contratação na modalidade de credenciamento, amplia consideravelmente a prestação de serviços.

Justifica-se, também, a necessidade da contratação de credenciados por não possuímos em nosso quadro funcional servidores e local adequado para realização de tais serviços

Portanto, diante das justificativas apresentadas faz-se necessário a contratação dos credenciados na prestação de serviço de conserto e troca de pneus dos veículos da frota municipal.

Antes ao exposto, justifica-se a realização de processo de chamamento público para contratação de serviços de borracharia.

DA ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	UND	VALOR UNITARIO R\$	VALOR TOTAL R\$
1	CONSERTO DE PNEU MOTO (REMENDO E TROCA)	100	SV	18,50	1.850,00
2	CONSERTO DE PNEU CARRO TIPO PASSEIO (REMENDO E TROCA)	100	SV	25,50	2.550,00
3	CONSERTO DE PNEU CAMINHONETE (REMENDO E TROCA)	100	SV	53,00	5.300,00
4	CONSERTO DE PNEU CAÇAMBA, CAMINHÕES E ÔNIBUS - (REMENDO E TROCA)	100	SV	60,00	6.000,00
5	CONSERTO DE CARREGADEIRA (REMENDO E TROCA)	100	SV	205,00	20.500,00
6	CONSERTO DE RETROESCAVADEIRA (REMENDO E TROCA)	100	SV	190,00	19.000,00
7	CONSERTO DE TRATOR (REMENDO E TROCA)	100	SV	180,00	18000,00

DO PREÇO GLOBAL DO CREDENCIAMENTO: R\$ 73.200,00 (setenta e três mil e duzentos reais).

DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, DOS LOCAIS E PRAZOS

- a). Os serviços terão por finalidade a recuperação e/ou substituição de pneus e câmaras dos veículos, com utilização de técnicas adequadas, de modo a preservar as condições de segurança e uso dos mesmos;
- b). Os serviços serão executados nos veículos da frota do MUNICÍPIO, e/ou locados, bem como em veículos novos que poderão ser adquiridos no decorrer da vigência do contrato.
- c). A manutenção será prestada nas dependências da CREDENCIADA, nos dias úteis, no entanto, a CREDENCIADA deve dispor de telefone de plantão para atendimento de emergências;
- d). A manutenção ocorrerá por solicitação do MUNICÍPIO, devendo ser realizada pela própria CREDENCIADA, ficando vedada a subcontratação ou transferência do serviço a terceiros, salvo com autorização do MUNICÍPIO, mediante apresentação, pela CREDENCIADA, de solicitação para subcontratação, com justificativa que comprove a existência de fato superveniente;
- e). Os veículos da Secretaria Municipal de Saúde, considerando a urgência da manutenção, terão prioridade sobre os demais nos procedimentos de conserto.

f). Os serviços deverão ser prestados em estabelecimento próprio da CONTRATADA, a qual deverá ter estrutura e todos os equipamentos necessários para execução.

g). A CREDENCIADA deverá estar situada no município, no perímetro urbano ou rural do município de Lagoa Grande do Maranhão.

h). As solicitações dar-se-ão periodicamente ou eventualmente, de acordo com a necessidade da Secretaria solicitante, durante toda a vigência do contrato, através de servidores previamente autorizados, os quais solicitarão os serviços junto à CONTRATADA.

i). A CONTRATADA em comum acordo com a municipalidade, poderá aceitar nas mesmas condições deste edital, acréscimos que o Município, venha a realizar nas aquisições registradas.

DA ESTRUTURA MÍNIMA PARA ATENDIMENTO

a). A Credenciada, para que possa garantir a boa qualidade na prestação dos serviços, deverá ter em sua borracharia, até a data da assinatura do CONTRATO, instalações, equipamentos, ferramentas e materiais indispensáveis tais como:

- Chaves de roda
- Pneumática
- Compressor de ar
- Macacos hidráulicos
- Kit espátulas
- Calibrador
- Saca válvulas
- Kit reparo de pneus sem câmara
- Morsa
- Marretas e ferramentas básicas
- Desforcímetro
- Estrutura do local compatível para o serviço específico

SERÃO IGUALMENTE DESCREDENCIADAS AS CREDENCIADAS QUE:

a). Se recusarem a realizar os serviços que forem enviados, sem motivação plausível;

a.i) . Deixarem de atender às exigências contidas neste Edital;

a.ii). Não respeitarem os prazos de entrega dos veículos, 03 (três) vezes consecutivas ou alternadas;

a.iii). Promoverem serviços sem a antecipada autorização do MUNICÍPIO ou desnecessários;

a.iv). Agirem em desacordo com os princípios isonômicos estabelecidos para a participação igualitária de todas as CREDENCIADAS.

DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

a). No recebimento e aceitação dos serviços será observada, no que couber, as disposições da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

a.i). O objeto do presente credenciamento será recebido pela respectiva Secretaria, que emitirá Termo de Recebimento dos Serviços, e, somente após, o recebimento poderá emitir o respectivo pagamento à CONTRATADA.

b). Os serviços deverão estar de acordo com as exigências do Código de Defesa do Consumidor, especialmente no tocante aos vícios de qualidade ou quantidade que os tornem impróprios ou inadequados ao uso a que se destinam ou lhes diminuam o valor, conforme diploma legal.

c). Após a execução dos serviços, caso esteja comprovado o não cumprimento das especificações do mesmo, o município reserva-se o direito de substituí-los, complementá-los ou devolvê-los.

d). Ocorrendo a rejeição dos serviços, a CONTRATADA será notificada pela Secretaria ordenadora da despesa, para a retirada dos mesmos dentro do prazo que lhe será fixado, cabendo-lhe efetuar as correções cabíveis.

e). A recusa da CONTRATADA em atender o estabelecido no item anterior implicará na aplicação das sanções previstas no presente edital.

f). O município reserva-se o direito de avaliar, a qualquer momento, a qualidade do serviço prestado pela CREDENCIADA, a fim de evidenciar o cumprimento das exigências contratadas, podendo, quando necessário, solicitar documentos comprobatórios para fins de verificação.

DO PAGAMENTO

a). O valor global deste contrato é de R\$ _____ (_____), provenientes dos serviços constantes na cláusula primeira deste instrumento.

b). Nos preços computados neste Contrato estão incluídos todos os custos com: salários, encargos sociais, previdenciários e trabalhistas, todo o pessoal e materiais empregados, inclusive ferramentas, utensílios e equipamentos utilizados, depreciação, administração, relacione com o objeto deste contrato e o seu fiel cumprimento pela Contratada;

c). O pagamento será efetuado mensalmente até o 5º (quinto) dia do mês subsequente, de acordo com os serviços efetivamente prestados, depois de atestadas pela _____ municipal de _____.

d). É vedada a antecipação de pagamento;

e). O pagamento fica condicionado à apresentação de Nota fiscal ou Recibo e a comprovação de que o (a) CONTRATADO(A) encontra-se adimplente com a regularidade fiscal, devendo ser comprovada mediante:

- Prova de Regularidade com a Fazenda Federal, mediante a apresentação da Certidão de Tributos e Contribuições Federais e Dívida Ativa da União, em vigor. (Pessoa Física e Jurídica).
- Prova de Regularidade com a Fazenda Estadual, em vigor. (Pessoa Física e Jurídica).
- Prova de regularidade com a Fazenda Municipal, relativa à sede ou domicílio do proponente, dentro de seu período de validade. (Pessoa Física e Jurídica).
- Prova de regularidade com o FGTS (CRF – Certificado de Regularidade de Situação, expedido pela Caixa Econômica Federal) dentro de seu período de validade; (Pessoa Jurídica).
- Prova de regularidade com a Justiça do Trabalho (CNDT – Certidão Negativa de Débitos Trabalhista) dentro de seu período de validade. (Pessoa Física e Jurídica).

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

4. Para execução do objeto desta contratação os recursos previstos correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

ÓRGÃO:	03 – Coord. Municipal de Administração e Finanças
UNIDADE ORÇAMENTARIA:	0301 – Coord. Municipal de Administração e Finanças
FUNÇÃO:	04 – Administração
SUB FUNÇÃO:	121 – Planejamento e Orçamento
PROGRAMA:	0002 – Apoio administrativo.
PROJETO ATIVIDADE:	2.004 – Manutenção e Funcionamento da Coordenação Municipal de Administração e Finanças.
CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA:	3.3.90.36.00 – Outros serv. de terceiros pessoa física.
FONTE DE RECURSO:	1500000000 – Recursos não vinculados de Impostos
SALDO DISPONIVEL:	R\$: 90.000,00
CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA:	3.3.90.39.00 – Outros serv. de terceiros pessoa Jurídica.
FONTE DE RECURSO:	1500000000 – Recursos não vinculados de Impostos
SALDO DISPONIVEL:	R\$: 215.000,00

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

a). O (A) CONTRATADO (A) se obriga a:

b).1. Prestar os serviços de acordo com as especificações e condições sempre que requisitada, mediante autorização da _____. Municipal de _____;

- c).2. Executar os serviços do objeto do contrato de acordo com a norma exigida;
- d).3. Realizar os serviços para os quais for contratada sem cobrança de qualquer valor extra;
- e).4. Arcar com toda a responsabilidade e eventuais danos causados a terceiro em decorrência da prestação dos serviços objeto do contrato;
- f).5. Comunicar, imediatamente, a _____ Municipal de _____ acerca da ocorrência de qualquer irregularidade de que tenha conhecimento;
- g).6. Assumir o pagamento de todos os tributos, taxas, contribuições previdenciárias e trabalhistas, bem como todas as despesas necessárias ao cumprimento deste Contrato.
- h).7. Fornecer ao MUNICÍPIO número de telefone móvel, com acesso a aplicativo de mensagem WhatsApp, para facilitar a comunicação, permitir o recebimento e envio de mensagens, imagens de peças e serviços, informações sobre sorteios, etc.;
- i).8. Toda peça substituída pela credenciada, nos veículos do município, deverá ser acondicionada na embalagem da peça nova substituta e entregue ao município;

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

a). O Contratante obriga-se a:

- a).1. Efetuar os pagamentos devidos à Contratada;
- a).2. Notificar, por escrito, a Contratada, quando da aplicação de multas previstas em Contrato, bem como em relação às irregularidades detectadas nos casos de rejeição, defeitos ou vícios relacionados ao objeto contratado.

DA VIGÊNCIA E DA RESCISÃO DO CONTRATO

1. O CONTRATO decorrente do Credenciamento terá vigência de até 12 meses, podendo ser prorrogado conforme interesse da Contratante, conforme previsto no Art. 57, II da Lei nº 8.666/93.
2. O presente Termo CONTRATUAL decorrente do Credenciamento poderá ser rescindido a critério da contratante, sem que ao credenciado caiba qualquer indenização, ou, reclamação.
3. A inexecução total ou parcial do Termo de Credenciamento enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas da Lei Federal 8.666/93.
4. O Termo contratual poderá ser rescindido se, por algum motivo, o credenciado deixar de possuir as condições de habilitação exigidas no Edital de Credenciamento.
5. A rescisão deste Termo poderá ocorrer nas formas previstas no Artigo 79 da Lei Federal 8.666/93.

7. O credenciado ficará sujeito às penalidades previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e alterações, nos casos não previstos no Edital.

DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO

1. A fiscalização do(s) Contrato(s) ficará a cargo do Fiscal de Contratos, o qual terá, entre outras, as seguintes atribuições:

1.1.1. Zelar para que o objeto da contratação seja fielmente executado conforme o ajustado no contrato;

1.1.2. Anotar em documento próprio as ocorrências;

1.1.3. Determinar a correção de faltas ou defeitos;

1.1.4. Aplicar à CREDENCIADA as sanções administrativas de sua competência;

1.1.5. Encaminhar à autoridade superior as providências cuja aplicação ultrapasse o seu nível de competência, etc.;

1.1.6. Ciente das funções relativas à fiscalização do(s) contrato(s) resultante(s) do presente Processo, o fiscal assina no processo inicial;

1.1.7. Ficam os Fiscais, cientes da publicação dos mesmos após as devidas assinaturas e também da responsabilidade em acessar as devidas cópias que serão disponibilizadas no site oficial do município.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS APLICÁVEIS A CONTRATAÇÃO

1. Fazem parte deste instrumento o disposto no Edital de Credenciamento e seus anexos, tendo plena validade entre as partes contratantes.

2. A tolerância de qualquer das partes, relativa às infrações cometidas contra disposições deste Termo de Credenciamento, não exime o infrator de ver exigida, a qualquer tempo, seu cumprimento integral.

3. O credenciado se obriga a manter as condições de habilitação e qualificação durante a vigência deste contrato, sob pena da aplicação do disposto na Cláusula Oitava.

4. O presente Termo de Credenciamento é regido pela Lei Federal 8.666/93 e alterações.

5. Fica eleito o Foro da Comarca de Lago da Pedra, Estado do Maranhão, para dirimir eventuais litígios oriundos do presente Termo de Credenciamento.

ANEXO II

DECLARAÇÃO

À PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA GRANDE DO MARANHÃO

Ref.: Edital de Chamamento n° ____/2022

_____ (nome do licitante), de acordo com o edital de chamamento n°
____/2022, DECLARA que:

- a) Aceita as condições estabelecidas neste Edital;
- b) Fornecerá a documentação complementar que lhe for solicitada;
- c) Assume inteira responsabilidade pela prestação dos serviços e se sujeita a todas as condições do presente Edital;
- d) Responderá pela veracidade das informações constantes da documentação e proposta que apresentar;

Lagoa Grande do Maranhão/MA ____ de _____ de 202X.

Assinatura do(s) representante(s)

Obs.: Caso for pessoa jurídica disponibilizar com timbre da empresa.

ANEXO III

(SERVIÇOS- PESSOA JURÍDICA/ FÍSICA)

PROPOSTA PARA CREDENCIAMENTO

Ao

Município de LAGOA GRANDE DO MARANHÃO

Comissão Permanente de Licitação

O interessado _____, inscrito no CNPJ/CPF nº _____, sediada à _____, nº _____, _____, UF: _____, requer sua inscrição no CREDENCIAMENTO ____/2022, divulgado pelo Município de LAGOA GRANDE DO MARANHÃO, objetivando o credenciamento de pessoa física e/ou jurídica para prestação de serviços de borracharia nos veículos da frota municipal e/ou locados, nos termos do chamamento público divulgado em ____ de _____ de 2022, conforme quantitativo e serviços abaixo propostos:

Lagoa Grande do Maranhão/MA ____ de _____ de 202X.

Assinatura do(s) representante(s)

ANEXO IV

MODELO DE CREDENCIAMENTO

Através do presente, credenciamos
....., inscrita no CNPJ E/OU CPF sob
nº....., com sede na Rua/Avenida.....Bairro..... na cidade de

....., a participar do CREDENCIAMENTO de pessoa física e/ou jurídica
para prestação de serviços de borracharia nos veículos da frota municipal e/ou locados,
conforme Credenciamento nº ____/2022, nesse ato representada pelo seu REPRESENTANTE
LEGAL, Sr.(a)....., inscrito(a) no CPF sob
nº..... e RG sob nº..... outorgando-lhe plenos poderes para
pronunciar-se e praticar todos os atos inerentes ao Credenciamento Público em nome da
empresa credenciada.

Lagoa Grande do Maranhão/MA ____ de _____ de 202X.

Assinatura do(s) representante(s)

Obs.:

1. Caso o contrato social ou o estatuto determinem que mais de uma pessoa deva responder
pela administração da empresa, a falta de qualquer uma delas invalida o documento para os
fins deste procedimento de credenciamento público.

ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE - (PESSOA JURÍDICA)

AO MUNICÍPIO DE LAGOA GRANDE DO MARANHÃO

Em cumprimento às determinações das Leis Federais nº. 8.666/93 e alterações posteriores, declaram, para fins de participação na licitação retro mencionada que:

- a.) Nossa empresa não está impedida de contratar com a Administração Pública, direta ou indireta;
- b.) Não foi declarada inidônea pelo Poder Público de nenhuma esfera;
- c.) Não existe fato impeditivo à nossa habilitação;
- d.) Não possuímos entre nossos proprietários, nenhum titular de mandato eletivo ou em comissão ou efetivo;
- e.) Que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Por ser a expressão da verdade, eu _____ representante legal desta empresa, firmo a presente.

Lagoa Grande do Maranhão/MA ____ de _____ de 202X.

Carimbo da empresa e Assinatura do proprietário/sócio/representante legal

ANEXO VI

MODELO DE DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE – (PESSOA FÍSICA)

AO MUNICÍPIO DE LAGOA GRANDE DO MARANHÃO

Em cumprimento às determinações das Leis Federais nº. 8.666/93 e alterações posteriores e o Edital nº ____/2022, declaram, para fins de participação na licitação retro mencionada que:

- a.) Não foi declarada inidônea pelo Poder Público de nenhuma esfera;
- b.) Não existe fato impeditivo à nossa habilitação;
- c.) Não possuo mandato eletivo ou em comissão ou efetivo no Município;

Por ser a expressão da verdade, eu _____, firmo a presente.

Lagoa Grande do Maranhão/MA ____ de _____ de 202X.

Assinatura e CPF

ANEXO VII

MINUTA DE CONTRATO N° ____/____

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° ____/____

CREDENCIAMENTO N° ____/____

O MUNICÍPIO DE LAGOA GRANDE DO MARANHÃO pessoa jurídica de direito público, com endereço na Avenida 1º de Maio s/n, Centro – CEP 65718-000, Lagoa Grande do Maranhão/MA, CNPJ 01.612.337/0001-12, neste ato representado pelo _____ Municipal de _____, Senhor(a) _____, RG n° _____, emitido pela ____/____ e inscrito no CPF sob n° _____, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, de outro lado _____, pessoa _____, com sede na _____, _____/Lagoa Grande do Maranhão/MA, inscrito no CNPJ n° _____, neste ato representado pela Sr. _____, RG n° _____ e CPF n° _____, a seguir denominada de CONTRATADO(A), pactuam o presente Contrato, cuja celebração foi autorizada pelo Processo Administrativo n° ____/____, derivado do Edital de Credenciamento n° ____/____, publicado no dia _____, a qual rege-se pela Lei Federal n° 8.666/93 e alterações introduzidas por legislação posterior e documentos que fazem parte integrante do presente processo, têm entre si como justo e acordado as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1. O presente instrumento tem como objetivo o credenciamento de pessoa física e/ou jurídica para prestar serviços de _____, de acordo com a tabela anexa ao presente;

1.1. A prestação do serviço objeto deste contrato é exclusiva do(a) contratado(a), vedada sua transferência a qualquer pessoa ou empresa alheia à relação contratual.

1.2. O regime de execução deste termo é de forma Indireta por preço unitário.

Item	Descrição do serviço	Qtde	Und	Preço Unitário R\$	Preço Total R\$

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA:

O presente Contrato entrará em vigor a partir da data de sua assinatura, com vigência até _____ de _____ de 2022, podendo o prazo ser prorrogado ou rescindido se assim for da vontade das partes, de acordo com a lei nº 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Ocorrendo alteração das condições econômicas fundamentais preexistentes na assinatura do contrato, será assegurada a recuperação dos valores ora contratados, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, na conformidade do disposto no Art. 65, II, “d”, da Lei nº 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

4. O valor global deste contrato é de R\$ _____ (_____), provenientes dos serviços constantes na cláusula primeira deste instrumento.

4.1. Nos preços computados neste Contrato estão incluídos todos os custos com: salários, encargos sociais, previdenciários e trabalhistas, todo o pessoal e materiais empregados, inclusive ferramentas, utensílios e equipamentos utilizados, depreciação, administração, relacione com o objeto deste contrato e o seu fiel cumprimento pela Contratada;

4.2. O pagamento será efetuado mensalmente até o 5º (quinto) dia do mês subsequente, de acordo com os serviços efetivamente prestados, depois de atestadas pela _____ municipal de _____.

4.3. É vedada a antecipação de pagamento;

4.4. O pagamento fica condicionado à apresentação de Nota fiscal ou Recibo e a comprovação de que o (a) CONTRATADO(A) encontra-se adimplente com a regularidade fiscal, devendo ser comprovada mediante:

. Prova de Regularidade com a Fazenda Federal, mediante a apresentação da Certidão de Tributos e Contribuições Federais e Dívida Ativa da União, em vigor. (Pessoa Física e Jurídica).

• Prova de Regularidade com a Fazenda Estadual, em vigor. (Pessoa Física e Jurídica).

• Prova de regularidade com a Fazenda Municipal, relativa à sede ou domicílio do proponente, dentro de seu período de validade. (Pessoa Física e Jurídica).

• Prova de regularidade com o FGTS (CRF – Certificado de Regularidade de Situação, expedido pela Caixa Econômica Federal) dentro de seu período de validade; (Pessoa Jurídica).

• Prova de regularidade com a Justiça do Trabalho (CNDT – Certidão Negativa de Débitos Trabalhista) dentro de seu período de validade. (Pessoa Física e Jurídica).

CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS FINANCEIROS:

5. As despesas decorrentes da prestação de serviços, correrão a conta da dotação do orçamento vigente de 2022, seguintes:

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

CLÁUSULA SEXTA – DAS CONDIÇÕES PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

6. O Município se reserva o direito de fiscalizar permanentemente a prestação dos serviços, sendo-lhe facultada a rescisão do contrato, quando a prestação for considerada de má qualidade, mediante a verificação através de processo administrativo específico, com garantia da representação do contraditório e da produção da ampla defesa;

CLÁUSULA SÉTIMA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO:

7. A prestação dos serviços constante neste contrato será fiscalizada por servidor ou comissão de servidores designados pelo contratante, doravante denominados “Fiscalização”, que terá autoridade para exercer, em seu nome, toda e qualquer ação de orientação geral, controle e fiscalização da execução contratual;

7.1 À Fiscalização competirá, entre outras atribuições:

a) solicitar à Contratada documentos que julgar necessário ao fiel cumprimento deste contrato;

b) acompanhar a prestação dos serviços e atestar seu recebimento definitivo;

c) encaminhar ao Setor Financeiro da administração municipal os documentos que relacionem as importâncias relativas e multas aplicadas ao (a) Contratado (a), bem como os referentes a pagamento;

7.2. A ação da Fiscalização não exonera o (a) Contratado (a) de suas responsabilidades contratuais.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO (A) CONTRATADO (A):

8. O (A) CONTRATADO (A) se obriga a:

8.1. Prestar os serviços de acordo com as especificações e condições sempre que requisitada, mediante autorização da _____. Municipal de _____;

8.2. Executar os serviços do objeto do contrato de acordo com a norma exigida;

8.3. Realizar os serviços para os quais for contratada sem cobrança de qualquer valor extra;

8.4. Arcar com toda a responsabilidade e eventuais danos causados a terceiro em decorrência da prestação dos serviços objeto do contrato;

8.5. Comunicar, imediatamente, a _____ Municipal de _____ acerca da ocorrência de qualquer irregularidade de que tenha conhecimento;

8.6. Assumir o pagamento de todos os tributos, taxas, contribuições previdenciárias e trabalhistas, bem como todas as despesas necessárias ao cumprimento deste Contrato.

8.7. Fornecer ao MUNICÍPIO número de telefone móvel, com acesso a aplicativo de mensagem WhatsApp, para facilitar a comunicação, permitir o recebimento e envio de mensagens, imagens de peças e serviços, informações sobre sorteios, etc.;

8.8. Toda peça substituída pela credenciada, nos veículos do município, deverá ser acondicionada na embalagem da peça nova substituta e entregue ao município;

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

9. O Contratante obriga-se a:

9.1. Efetuar os pagamentos devidos á Contratada;

9.2. Notificar, por escrito, a Contratada, quando da aplicação de multas previstas em Contrato, bem como em relação às irregularidades detectadas nos casos de rejeição, defeitos ou vícios relacionados ao objeto contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS MULTAS

10. A CONTRATADA ficará sujeita à multa correspondente a:

a) 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, em caso de recusa do adjudicatário em assinar o contrato, dentro de 03(três) dias contados da sua convocação;

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA– DAS PENALIDADES:

11.1. Além da cobrança de multas previstas na CLÁUSULA DÉCIMA deste contrato, poderá, ainda, o (a) CONTRATADO (A), sofrer as seguintes sanções:

I – Advertência por escrito;

II – Multa de 2% (dois por cento) do valor da obrigação, nos casos de se negarem a cumprir com as obrigações assumidas expressa ou tacitamente, valor este atualizado até a data da sua liquidação através do mesmo índice de correção monetária utilizado para os serviços públicos municipais;

III – Suspensão temporária do direito de participar de licitações e impedimento de contratar com o Município de Lagoa Grande do Maranhão, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

IV – Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da Lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO CONTRATUAL

12.1 – Constitui motivo para a rescisão do presente instrumento, independentemente de Notificação Judicial, o descumprimento por qualquer uma das partes, das cláusulas contratuais e as hipóteses previstas nos arts. 77, 78 e 79 da Lei nº 8.666/93 e alterações, ficando facultado a sua denúncia, desde que a parte denunciante notifique formalmente a outra, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias sem prejuízo das sanções legais, inclusive daquelas previstas no art. 87, da Lei supra referida;

12.2 – As penalidades estabelecidas em Lei, não excluem qualquer outra prevista neste Contrato, nem a responsabilidade do(a) CONTRATADO(A) por perdas e danos que causar a CONTRATANTE ou a terceiros, em consequência do inadimplemento das condições contratuais;

12.3 – O presente contrato poderá ser rescindido, de imediato, por inadimplemento de qualquer das partes, através de simples notificação por escrito, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, e ainda:

a) Por conveniência da CONTRATANTE, através de manifestação unilateral, espontânea, mediante aviso prévio de 30 (trinta) dias, não cabendo ao(à) CONTRATADO(A) direito a reclamação ou indenização;

b) Fica o contrato extinto de pleno direito, independentemente de aviso, interpelação judicial ou extrajudicial, nos seguintes casos:

b.1 - Falência ou liquidação do(a) CONTRATADO(A);

b.2 - Concordata ou incorporação do(a) CONTRATADO(A) a outra firma ou empresa, ou ainda, sua fusão ou cisão, sem prévio e expresse conhecimento do CONTRATANTE;

b.3 - Interrupção ou atraso na prestação dos serviços, objeto deste contrato;

b.4- Incapacidade, desaparecimento, inidoneidade financeira, ou, ainda, má fé da CONTRATADA;

b.5 - Se o(a) CONTRATADO(A) sem prévia autorização da CONTRATANTE, transferir, caucionar, ou alienar de qualquer forma os direitos decorrentes deste contrato;

12.4 – O presente Contrato poderá ser rescindido, no todo ou em parte, por mútuo acordo, desde que ocorram fatos supervenientes, imperiosos e alheios da vontade do CONTRATANTE e que tornem impossível a prestação dos serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. Todo o pessoal que for utilizado na execução deste contrato será diretamente vinculado e subordinado ao(a) CONTRATADO(A), não tendo com a CONTRATANTE nenhuma relação jurídica sobre qualquer título ou fundamento;

13.2. O(A) CONTRATADO(A) não terá direito a qualquer indenização se ocorrer, provisória ou definitivamente, a suspensão da execução deste Contrato, por culpa sua, assegurando-lhe,

porém, no caso da rescisão por motivos alheios a sua vontade e sem infração de quaisquer cláusulas e condições contratuais, o pagamento de forma proporcional aos serviços efetivamente prestados;

13.3. As partes contratantes obrigam-se a cumprir e fazer cumprir o presente Contrato em todos os seus termos, cláusulas e condições, por si e seus sucessores;

13.4. Para os efeitos de direito valem para este Contrato a Lei nº 8.666/93 e, alterações posteriores, e demais normas legais que lhe sejam aplicáveis, a proposta de preços apresentada, aplicando-se, ainda, para os casos omissos, os princípios gerais de Direito;

13.5. O(A) CONTRATADO(A) será responsável por todas as obrigações trabalhistas, tributárias e previdenciárias, seguros, taxas e impostos, acaso envolvidos, especialmente por qualquer vínculo empregatício que venha a se configurar, inclusive indenizações decorrentes de acidente de trabalho.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO:

14. Fica eleito o Foro da Comarca de Lago da Pedra, Estado do Maranhão, para dirimir eventuais litígios oriundos do presente Termo de Credenciamento.

E, por assim estarem de acordo e ajustados, firmam este instrumento em quatro vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas para a produção dos desejados efeitos jurídicos.

Lagoa Grande do Maranhão/MA ____ de _____ de 202X.

CREDENCIADO

CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

ANEXO VIII

MODELO DE DECLARAÇÃO

(Papel timbrado da empresa)

Conforme o que determina o Art. 27, Inciso V, da Lei 8.666/93 e suas alterações, e, em cumprimento ao disposto no Inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal, que relata: “São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social, proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito anos e de qualquer trabalho a menores dezois seis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos”.

Desta forma declaramos a não existência de qualquer trabalhador em nosso quadro funcional que se enquadre no texto das Leis, Artigos e Incisos citados acima, bem como salientamos o conhecimento das sanções e penalidades previstas em Lei, pela omissão ou falha de informações, que vierem posteriormente a serem apuradas, quanto á presente declaração.

Lagoa Grande do Maranhão/MA ____ de _____ de 202X.

Nome da empresa e carimbo
CNPJ ou CPF nº